



Declaração Política

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

É cada vez mais difícil conseguir apresentar no Parlamento dos Açores uma Declaração Política. Esta é a terceira declaração que escrevo nos últimos 4 meses e ainda assim não tenho, no momento em que escrevo, a certeza que desta vez é que é.

A culpa é da moda dos votos. Temos de tudo. Uma congratulação para o campeão de berlinde da Rua da Pureza. Outra para o trigésimo aniversário do Padre João Baganha. E mais uma para assinalar os incontestavelmente longevos primeiros seis meses da inauguração da Capela da Esperança.

Num outro estilo temos, também, os votos dos dragões e dos unicórnios do ex-deputado do BE e também o tradicional voto de privatização e apropriação partidária do 25 de Abril por parte do PCP. No final de tudo, um voto de homenagem ao inesquecível ex-Presidente do Governo Regional e atual presidente honorário vitalício, Carlos César.

Até eu já pensei apresentar aqui um voto de agradecimento e despedida ao Carlos Ávila, ao João Ponte, ao Fagundes Duarte, à Graça Teixeira, à Cláudia Cardoso e ao José Contente. Só não o fiz porque, tendo em conta a lógica destes tempos, me arrisco a reencontrá-los, após um curtíssimo período de degredo, num qualquer gabinete do mar, a exercer, e cito a requintada descrição oficial, funções relacionadas com a sua formação.

Enfim, como diria o inesquecível António Guterres: “é a vida”.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Tendo em conta a oportunidade rara de ler nesta tribuna uma Declaração Política, peço desde já desculpa a esta Câmara pelo facto de ter de abordar duas questões de natureza muito diferente. Tomo esta decisão com o conforto de saber que ainda assim fico muito longe da média da casa. Dois assuntos são muito menos que os trinta do Sr. ex-Deputado Paulo Mendes e muito mais que a narrativa cinzenta e solitária do Deputado Berto Messias, cuja célebre conclusão quase inalterável é conhecida de todos: viva o PS, abaixo a oposição, o PSD e o António Seguro (esta última é a novidade do momento).

O primeiro assunto que quero aqui abordar é a visita estatutária que o Governo Regional irá realizar, no decorrer deste mês, à ilha do Corvo. Deixem-me propor-vos um breve roteiro para a visita. Apertem os cintos, relaxem e não tenham pressa porque não têm nada para inaugurar. O máximo que se poderá vir a arranjar são umas maquetes voltadas para o futuro.

Depois de descerem do avião dirijam-se ao restaurante traineira para retemperar as forças. Sentir-se-ão em casa. Em frente ao restaurante fica a nova e resplandecente Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da Ilha do Corvo. É bastante funcional, já foi estreada, mas ainda não foi inaugurada formalmente. Só vos peço um favor: não a inaugurem logo depois do almoço. É só mesmo para não destoar com o contexto de tempos passados e há muito esquecidos.

A cerca de dez metros encontra-se a nova da sede do PSD na ilha do Corvo. Se quiserem alguma coisa dali aconselho-vos a telefonar com alguma antecedência.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Sigam pela Rua da Matriz até chegar ao cruzamento com a Rua das Pedras. Uma vez ali chegados podem apresentar novamente, no decadente mas muito antigo edifício que preside ao largo, o Projeto do Ecomuseu da Ilha do Corvo, que resultou da aprovação de um Projeto de Resolução do PPM e de uma longa luta pela preservação do património cultural da ilha do Corvo. Diga-se, em abono da verdade, que o projeto é, neste caso, de grande qualidade. Mas ainda falta fazer quase tudo. Espero que não mudem de ideias, como sucedeu com a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores.

Neste local a rua é sempre a descer. Cuidado para não escorregarem e não se magoarem. A esta hora – se seguirem esta proposta de roteiro com rigor deverão estar no início da tarde – o médico local já deverá estar de prevenção, depois de uma longa jornada laboral que se terá prolongado das 9h30 às 11 horas, mais coisa menos coisa. Convém, pois, programar a queda para o princípio da manhã.

Seja como for, se o azar vos bater à porta terão a oportunidade de conhecer o velho edifício da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo. Aconselho, se me é permitida a sugestão, uma total requalificação do edifício e dos seus equipamentos. Sugiro, também, não querendo entrar na coutada privada do deputado Ricardo Cabral, a adoção de um programa de saúde oral que funcione com regularidade e eficiência.

Logo por cima do edifício da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo encontra-se a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira. O edifício da escola necessita de ser dotado de mais algumas salas de aula, uma vez que a partir do próximo ano letivo as salas de aula existentes passarão a ser insuficientes devido ao incremento do número de turmas que resultou do início da lecionação do ensino secundário. A pintura do edifício está decadente e os laboratórios necessitam de adequar as suas valências às exigências do ensino secundário. Tratem disso.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Do outro lado da rua encontra-se o Polidesportivo do Corvo. Devido ao péssimo projeto adotado pelo Governo Regional, o piso encontra-se desnivelado e totalmente gretado. Devido a estas deploráveis condições, o local foi mesmo adotado por uma família de grilos e no outro dia foi necessário interromper um jogo de futebol para os capturar. É que o som projetado por estes insetos, ampliado pela estrutura, pode confundir-se com o de um apito. No caso, a minha equipa estava a ser claramente prejudicada.

Não se pode jogar junto às linhas laterais do campo. O génio que projetou o polidesportivo deixou-o sem paredes laterais e por isso sempre que chove, os laterais das equipas têm de nadar junto às poças que surgem nesse local do campo. Tendo em conta esta situação, aconselho que cumpram o vosso compromisso com o PPM e que reparem o piso e fechem a cobertura do edifício. Para o ano vamos participar, pela primeira vez, em provas organizadas pela Associação de Futebol da Horta. É importante que nos sejam concedidas condições mínimas para a prática desportiva federada e não federada.

Infelizmente não posso continuar a acompanhar-vos neste roteiro por manifesta falta de tempo. Muito telegraficamente digo-vos apenas para não se esquecerem da recuperação da sede da filarmónica local; das melhorias a introduzir no Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia; de dar a conhecer, à população em geral, a existência de um serviço local de empreendedorismo; de ativar o projeto Corvo Verde, que considero estratégico para o futuro; de apoiar, do ponto de vista da formação e dos meios, os pescadores e os agricultores locais e de reiterarem o vosso compromisso – que resultou de um Projeto de Resolução do PPM – de requalificarem o Porto da Casa.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Duas últimas sugestões. Cuidado com o troço de estrada que liga a Vila do Corvo à central da EDA. O local ainda não foi reparado e muitos preveem que, a continuar assim, possam vir a suceder situações graves que urge evitar a todo o transe. Finalmente, não esquecer, no âmbito do comunicado final do Governo, que a localidade não se chama Vila Nova Corvo. Na verdade, nem nova nem velha, apenas Vila do Corvo.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O outro assunto que prometi abordar nesta declaração política é a lei eleitoral. O PPM, de acordo com o programa eleitoral que submeteu a sufrágio nas eleições de legislativas de 2012, propôs, logo no início da legislatura (ainda em 2012) a redução do número de deputados regionais de 57 para 41.

A iniciativa, então apresentada, não recebeu o apoio necessário (recorde-se aqui que é necessário reunir uma maioria de 2/3 para alterar a lei eleitoral referente ao Parlamento Açoriano).

Perante o impasse gerado, o PPM, ciente que, se nada for feito, o número de deputados a eleger nas próximas eleições regionais de 2016 subirá de 57 para 64 (devido ao aumento de recenseados), propôs uma nova alteração da lei, desta feita estabelecendo uma cláusula barreira que impede o aumento do atual número de deputados (57). Não é a melhor solução, mas foi o acordo mínimo a que se conseguiu chegar com as restantes forças parlamentares açorianas.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Sucedeu que a Proposta de Lei aprovada foi remetida para a Assembleia da República e foi relatada a 11 de setembro de 2013. Daí para cá, a Assembleia da República arrumou o processo numa qualquer secretária e adiou, indefinidamente, a votação da iniciativa.

Na medida em que a legislatura na Assembleia da República se aproxima do fim, o PPM teme que a Proposta de Lei não venha a ser apreciada em tempo útil, uma vez que o processo terá de ser iniciado de novo no Parlamento Açoriano se até ao final da legislatura nacional a iniciativa não for votada. Assim, informo esta Assembleia que no próximo Plenário apresentaremos uma iniciativa que visará a fixação da ordem do dia na Assembleia da República, no sentido de acautelar a votação, em tempo útil, desta iniciativa.

Disse!

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão